



## DELIBERAÇÃO

### ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO NO PORTAL E ATOS DE ENGENHARIA REGULADOS

O Conselho Diretivo Nacional é o órgão competente para tomar a decisão de contratar, nos termos e para os efeitos do art.º 40.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pela Lei n.º 123/2015, de 2 de setembro, que altera e republica o Decreto-Lei nº 119/92, de 30 de junho, conjugado com os arts.º 5.º e 8.º, ambos do Regulamento de Funcionamento do Conselho Diretivo Nacional, aprovado pela Assembleia de Representantes realizada em 12 de Março de 2016, tendo delegado poderes no Bastonário, na reunião do Conselho Diretivo Nacional, na Sede nacional da Ordem, em Lisboa, a 25 de maio de 2016, que nessas condições autoriza a despesa necessária inerente à contratação de Aquisição de Serviços, mais precisamente, atualização de legislação no Portal da Ordem dos Engenheiros e Atos de Engenharia Regulados.

#### **1 – Escolha do Procedimento (arts.º 18.º, 36.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, adiante designado CCP)**

Com base numa pesquisa de mercado verifica-se que para a Aquisição dos Serviços pretendidos os valores previstos enquadram-se no disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º (contrato de valor inferior a € 75.000,00), pelo que, a escolha do procedimento a adotar é o Ajuste Direto, com a referência n.º 12/2016.

#### **2 – Entidade(s) a convidar (art.º 113.º e 114.º do CCP)**

Dr. Abel Correia

Rua João da Silva, n.º 10 – 8.º Dto., 1900-271 Lisboa

NIF 182836134

[abelcorreia65@gmail.com](mailto:abelcorreia65@gmail.com)

Consultada a Área Administrativa e Financeira da Ordem dos Engenheiros, a escolha da(s) entidade(s) a convidar não viola o disposto no art.º 113.º do CCP<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Nota: Nos termos do art.º 113.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste directo adoptado nos termos do disposto na alínea a) do art.º 19.º, na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do art.º 21.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objecto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.



**3 – Aprovação das peças do procedimento (art.º 40, n.º 2 do CCP)**

Aprovam-se desde já as peças do procedimento a adotar, a saber, o Convite e o Caderno de Encargos, em anexo.

**4 – Valor do contrato (art.º 17 do CCP)**

Para efeito da despesa em causa, estima-se que o respetivo valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto é de € 15.000,00, a que acrescem as taxas legais em vigor.

**5 – Prazo do contrato**

12 meses.

Lisboa, 14 de Julho de 2016



Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires  
Bastonário